

## 32º Congresso delibera centrar esforços para marcha à Brasília

A Marcha Unificada vai defender os direitos sociais e trabalhistas e denunciar a política autoritária e repressora do governo Dilma contra os trabalhadores. No Espírito Santo, várias entidades de representação do funcionalismo público vão participar do evento. A Adufes vai marcar presença na Marcha.

Durante o 32º Congresso do Andes-SN, realizado no mês passado, no Rio de Janeiro, os delegados aprovaram a centralidade das lutas para 2013. Junto com os demais trabalhadores, a categoria vai centrar esforços este ano na defesa da educação pública e gratuita, valorização da carreira, contra a

terceirização e precarização nas instituições de ensino superior, em defesa dos hospitais universitários, contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), pela paridade entre ativos e aposentados, pelo fim do fator previdenciário/anulação da reforma da previdência 2003.

“O 32º Congresso reforçou a importância da Marcha como forma de ampliar e unificar a mobilização da classe trabalhadora”, ressalta a diretora da Adufes, Bernardete Gomes Mian. A professora lembra que as deliberações ocorreram após um ano de intensas lutas da categoria. “A grande participação no 32º Congresso



Foto: Marco Fernandes/Adufrj-SSind

Delegados do 32º Congresso aprovaram centralidade das lutas em 2013.

mostrou que os professores estão atentos às políticas de desmonte do governo, principalmente aquelas que atingem as condições de trabalho, carreira e aposentadoria”, ava-

lia Bernardete.

**33º Congresso será no Maranhão.** A cidade de São Luís, no Maranhão, foi eleita para sediar o próximo congresso do Andes-SN.

## Adufes na mobilização pela anulação da Reforma da Previdência

**Coleta de assinatura de 2ª a 6ª, de 9 às 18h, na sede da Adufes; e na Asaufes, de 9 às 16h, em Goiabeiras, Vitória.**

A votação da Reforma da Previdência no Congresso Nacional, ocorrida em meados de 2003, ocorreu de forma fraudulenta. Durante o julgamento do Mensalão, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a compra de votos de parlamentares com o objetivo de assegurar a aprovação no Congresso de projetos de interesse do governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A reforma da Previdência esteve no esquema.

**Sujeira.** Temos que exigir que aquele processo legislativo seja anulado. A Reforma alterou o regime de aposentadorias dos trabalhadores, inclusive o do funcionalismo federal. O novo modelo instituiu imposto para os inativos - aposentados e pensionistas - sob a roupagem de “contribuição”, reduziu o valor das pensões, quebrou a paridade e a integralidade, aumentou o tempo necessário para o servidor se aposentar, entre outros prejuízos.

**Funpresp.** Por tabela, a reforma instituiu o Fundo de



Foto: Andes-SN

Andes-SN na Campanha: Reforma da Previdência Comprada Tem Que Ser Anulada.

Previdência Complementar dos Servidores Públicos Fede-

ral (Funpresp), que entrou em funcionamento este ano.

# Reajuste para docentes das Federais já chega com defasagem

Quando os professores receberem seus contracheques e tiverem o salário creditado em suas contas, no início de abril, perceberão que já estará em vigor o reajuste previsto pela Lei 12.772, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pela

presidente Dilma Rousseff em 28 de dezembro de 2012.

Conforme o professor Ricardo Rondinel, do departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal Santa Maria (UFSM), esse reajuste pretende repor perdas inflacionárias de

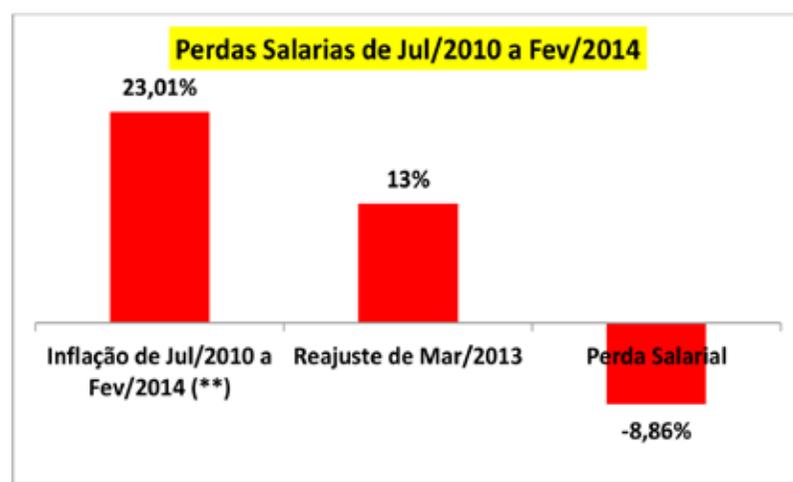
julho de 2010 até março de 2013. No entanto, frisa Rondinel, segundo os dados do Índice de Custo de Vida (ICV) do Dieese, a inflação nesse período chega a 15,5% (previsão de inflação de 0,57% em março), o que caracterizará uma perda inicial que

alcança 2,5%.

Essa defasagem nos vencimentos da categoria docente deve se ampliar ao longo deste ano, chegando em fevereiro de 2014, mês que antecede o próximo reajuste, a aproximadamente 9%, calcula o economista.



(\*) Previsão de inflação, IVC-DIEESE, de 0,57% para Março de 2013



(\*\*) Previsão de inflação, IVC-DIEESE, de 6,5% de Abr/2013 a Fev/2014.

## Andes-SN denunciou a falácia midiática do “reajuste”

O 1º vice-presidente do Andes-SN, Luiz Henrique Schuch, lembra que, durante toda a negociação com o governo federal, o Sindicato Nacional expôs a falácia do reajuste propagado pelo Ministério do Planejamento e da Educação e amplamente divulgado pela imprensa tradicional.

“Durante a greve, o Ministro Mercadante convocou uma coletiva de imprensa para dizer que os docentes teriam de 25% a 40% de reajuste, este último percentual restrito a uma pequena parcela da categoria. No entanto, está demonstrado que o jogo de índices, linha a linha, em valores nominais

é falacioso uma vez que a massa salarial dos servidores públicos federais vem caindo ano a ano, tanto na relação com o PIB como na relação com as receitas líquidas da União”, explica Schuch.

Ele lembra também que o índice usado pelo governo à época para os cálculos do impacto do reajuste na remuneração dos professores não previa as perdas de 2010 a 2012 e também era baseado na previsão de índice inflacionário do Banco Central, o qual se confirmou bem abaixo da inflação registrada no ano passado.

**Carreira.** O diretor do ANDES-sn destaca que na contraproposta apresentada

pela entidade existiam dois custos: o do patamar salarial que era o mesmo proposto pelo próprio governo, e outro o da reestruturação. “Este último na verdade não é custo, pois é a retomada do que nos foi retirado ao longo dos anos, de uma carreira que foi sendo desestruturada nas últimas duas décadas. Ou seja, é simplesmente repor à categoria o que foi saqueado por inúmeros artifícios aplicados a cada modificação da carreira”, comenta.

Schuch ressalta que não dá para misturar a questão estrutural da carreira com reajuste salarial, por isso a categoria segue insistindo

na necessidade de reestruturação da carreira do professor federal. Ele lembra que a luta pelo conceito de carreira adequado significa a base para que a remuneração seja estável e não se transforme num engodo como tem acontecido.

“O que temos hoje e foi aprofundado com o a Lei 12.772/2012 é um sistema perverso que usa a desestruturação para dar aumentos localizados e que “rifa” as parcelas mais numerosas, especialmente os aposentados”, conclui.

\*Com informações e imagem da Sedufsm - Seção Sindical  
Fonte: Andes-SN

# Segurança da Ufes impede acesso ao Observatório Astronômico

A violência e a criminalidade na Ufes têm desencadeado uma sucessão de atos arbitrários por parte da administração, em oposição aos interesses da comunidade universitária. Um exemplo é que os frequentadores do Observatório Astronômico e da área da caixa d'água são proibidos do acesso aos espaços. Armados, os vigilantes patrimoniais, de acordo com testemunhas, intimidam os visitantes.

Mais uma vez, a universidade utiliza da vigilância para hostilizar e obrigar as pessoas a deixarem os locais públicos. Uma atitude que demonstra a falta de uma política de segurança que contemple os interesses da comunidade universitária e não apenas da reitoria.

**Violência.** De acordo com o técnico-administrativo e coordenador do Projeto Gaturamo Observatório Astronômico (GOA) da Ufes, Márcio Mala-

carne, há algum tempo o Observatório vem sendo ocupado pelos seguranças que, não satisfeitos, expulsam os visitantes das atividades do projeto. “Já enviei ofícios para a chefia de segurança da universidade informando da existência do projeto e que, pela peculiaridade das atividades, elas ocorrem à noite”, relatou Márcio.

Ele lembra, inclusive, que as abordagens são de conhecimento do Departamento de Física, responsável pelo GOA. Além disso, as arbitrariedades da segurança já foram comunicadas à Ouvidoria da Ufes, mas as respostas não foram esclarecedoras. “O chefe de segurança da Ufes, Aníval Luis dos Santos, apenas diz que as acusações são graves e que merecem apurações severas. Não informa, entretanto, quando essas apurações vão começar e nem quanto tempo demora isso”, queixa-se Malacarne.

## Vigilantes abordam estudantes com armas em punho

O estudante de Educação Física, Rafael Lages, que costuma ver o pôr do sol da caixa d'água, no campus de Goiabeiras, diz que já foi abordado várias vezes. “Em um dos casos, os vigilantes nos surpreenderam com armas em punho e exigiram que saíssemos imediatamente da área,” relatou. Conforme os termos do contrato nº 99/2007, assinado entre a Ufes e a empresa Plantão, os vigilantes só devem utilizar a arma em situações de legítima defesa, e depois de esgotadas todas as tentativas de diálogo. Mas não é isso que vem ocorrendo.

Segundo Rafael, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) se reuniu com a reitoria para tratar dos problemas

de segurança na Ufes. Na ocasião, o reitor apresentou um projeto que prevê um corredor de iluminação para o campus. Todavia, sem contemplar as regiões do Observatório e da caixa d'água.

**Política de segurança deve ser discutida com comunidade acadêmica.** O modelo de segurança da Ufes não condiz com o ambiente universitário. Os seguranças têm agido com repressão e violência no campus. O 1º Tesoureiro da Adufes, Thiago Drummond, lembra que o sindicato protocolou, no ano passado a Pauta Local junto à reitoria. Um dos itens reivindicados é a construção de uma política de segurança construída de forma democrática.

Lamentavelmente, diz



Frequentes da Caixa D'água indignados com a intimidação dos seguranças da Ufes.

Thiago, a solução encontrada pela Universidade para resolver o problema de segurança se resume na compra de novos equipamentos, um custo mensal de R\$360 mil. No documento enviado para a Adufes, a reitoria destaca que “todo este esforço da

Administração vem sendo debatido com a comunidade acadêmica”. O diretor da Adufes contesta: “em nenhum momento fomos convidados para discutir uma política de segurança. Esse é um tema que tem sido esquecido pelo reitor”, ressalta Thiago.



Última edição do Caderno de Notícias destacou a insegurança na Ufes.

# Abril terá Plantões e Pontos de Encontros nos campi do interior

Os docentes dos campi de Alegre e São Mateus têm atividades este mês com a Adufes. O 1º Plantão Jurídico e da Diretoria deste ano será dia 04/04, em Alegre, e 18/04, em São Mateus. O deslocamento da direção e assessoria jurídica às unidades fortalece a organização da base do sindicato, tira dúvidas e informa sobre andamento de processos, além de levar outros informes importantes à categoria.

É importante que os docentes marquem presença nas atividades. A diretoria, inclusive, espera ouvir sugestões de melhorias para as atividades da entidade. O espaço é aberto para queixas e denúncias relacionadas às instalações dos campi, assédio moral, entre outros casos.

**Campus de Alegre.** Os plantões irão ocorrer das 14 às 17 horas, no Espaço Cread. E à noite, haverá o Ponto de



Foto: Comunicação/Adufes

Atendimento do Plantão Jurídico e da Diretoria, em 2012, no campus de Alegre.

Encontro, com início às 19 horas. O evento será realizado no Bar Boteco's que fica próximo a Praça do Pico, na entrada da Rua Sete, no Centro de Alegre. A entrada é franca.

**Campus de São Mateus.** Os locais e horários dos Plantões e do Ponto de Encontro em São Mateus, em 18/04, serão informados em breve pelo boletim

semanal e no site da Adufes.

**Carteirinhas da Adufes serão entregues nos Plantões.** Os docentes que já tiraram fotos 3/4 nas atividades da Adufes poderão retirar o documento de identificação sindical. A equipe de Comunicação estará nas atividades para também tirar fotos. A foto e a carteirinha são feitas sem nenhum custo adicional.

## Plano de telefonia móvel da Vivo teve reajuste em março

O reajuste que foi regulamentado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), elevou o valor do Plano de Assinatura de R\$5,50 para R\$5,90.

O valor dos minutos contratados dentro da franquia, antes R\$ 0,25, subiu para R\$ 0,27. Outro que também sofreu alteração foram os minutos excedentes: de R\$ 0,28 para R\$ 0,29.

Os serviços de mensagens curtas (torpedos) e o pacote de dados (internet), não foram reajustados.

## NOTÍCIAS DO JURÍDICO

### Professor ganha direito a afastamento para Pós-Graduação, com remuneração

A Ufes foi condenada a pagar um terço de férias e 13º salário, devidamente corrigido, a um docente do Departamento de Tecnologia Mecânica, associado à Adufes, durante o período em que o mesmo esteve afastado para curso de pós-graduação (stricto sensu).

E não é a primeira vez que a Universidade age desta forma. Outros docentes enfrentaram situação semelhante para a realização de

cursos (mestrado, doutorado e pós-doutorado) e a Adufes teve que ir à Justiça para garantir o direito. O sindicato sabe da enorme dificuldade que é para se realizar um curso de pós, devido ao afastamento e dedicação necessários, mas a universidade de forma absurda não reconhece isso.

Para não pagar o valor devido ao professor, a Ufes alegou que cumpria Portaria 02/98, do Ministério do Pla-

nejamento, em cujo artigo 4º dispõe que “o servidor licenciado ou afastado fará jus às férias relativas ao exercício em que retornar”. Recorreu, ainda, ao mesmo artigo para não pagar 1/3 das férias.

**Sentença.** A justiça, no entanto, entendeu que a legislação considera também como tempo de efetivo exercício, o período em que o servidor estiver licenciado para participação em programa de treinamento,

regularmente instituído em programa de pós-graduação stricto sensu no país (art. 102, IV da Lei nº 8.112/90).

Além disso determinou o pagamento de 13º salário, por entender que não há nenhuma irregularidade do servidor se licenciar para capacitação profissional. O advogado da Adufes, Jerize Terciano, lembra que a decisão não é definitiva. “A medida pode ainda ser alvo de recurso por parte da Universidade”, diz.